



Plano pode incentivar ecoturismo no País

Florestas nacionais, usadas apenas para exploração de madeira, atraem visitantes

SANDRA SATO

BRASÍLIA – O governo quer ampliar o uso público das florestas nacionais (flonas), estimulando a visita de turistas e venda de castanhas e resinas, por exemplo. Para isso, chefes de nove flonas e técnicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) começam amanhã a rever os planos de manejo que se baseavam praticamente na exploração de madeiras, na Região Sul e em São Paulo.

Os planos de manejo são fundamentais para definir produtos e subprodutos que podem ser explorados sem afetar o ambiente e, com isso, aumentar a receita em cada floresta. Ao todo, há 49 florestas nacionais, mas só uma minoria conta com plano de exploração econômica já apresentado ao Ibama.

Os planos de manejo das florestas nacionais de Capão Bonito (SP); Irati e Açungui (PR); Caçador, Três Barras e Chapecó (SC); além de São Francisco de Paula, Canela e Passo Fundo (RS) serão os primeiros a mudar o enfoque exclusivo sobre a exploração de madeiras. Nesses locais, a exploração de pinus e araucária ocorre em áreas reforestadas, conforme o diretor da Diretoria de Gestão do Uso dos Recursos Naturais Renováveis (Diren) do Ibama, Antônio Carlos do Prado.

Observação – Essas florestas no Sul foram criadas ainda durante as décadas de 50 e 60. “As atividades econômicas estão muito centradas na produção florestal de madeira”, diz Prado. Mas, como a vegetação não foi eliminada, está havendo uma demanda por lazer, turismo e até para simples observação da natureza nessas florestas. O ecoturismo já é feito em Canela, o que representa uma “renda razoável” para a administração da floresta nacional, informa Prado.

O mesmo não ocorre com cinco flonas onde há atividade de mineração: Jamari (RO); Saracá-Taquera, Carajás e Tapirapé-Aquiri (PA); e Ipanema (SP). Segundo Prado, os lucros obtidos com a extração de cassiterita, ferro, manganês, ouro, cobre, prata e rocha calcárea retornam parcialmente para a manutenção das florestas.

Por isso, Prado defende a criação de planos de manejo sustentável, delimitando as áreas permitidas para exploração de minérios e formas de controle da atividade. Ele diz que poucas flonas dão lucro, justamente por falta dos planos de manejo, que não custam pouco: R\$ 1,20 por hectare.

Além dos planos de manejo, a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc) poderá contribuir para aumentar a renda e garantir a preservação das florestas, de acordo com Prado. Isso porque a lei prevê o retorno para a própria unidade de conservação de 25% a 50% da receita arrecadada com produtos e subprodutos explorados.